

Capítulo 12

UM ILUMINISTA NA AMÉRICA PORTUGUESA: AS MEMÓRIAS DO NATURALISTA ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA NO SÉCULO XVIII

Eulália Maria Aparecida Moraes dos Santos
Christian Fausto Moraes dos Santos

A efervescência das conquistas filosóficas iluministas que percorriam a Europa deixaram as Ciências Naturais portuguesas, até certo ponto, à margem dos acontecimentos. Contudo, em 1764, sob a administração centralizadora do Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo (1751-1777), projetaram-se algumas reformas na área da educação e cultura, não sem dificuldades, diga-se de passagem, uma vez que dentro do despotismo esclarecido, algumas decisões poderiam colocar em risco o Estado absolutista – comprovam-no a desarticulação das escolas jesuíticas no Brasil e Portugal. Não obstante às questões políticas conservadoras, as reformas do ensino primário, secundário e universitário foram levadas a efeito por Pombal¹. Para a reforma Universitária de Coimbra indicou um italiano, Domenico Vandelli, um doutor da Universidade de Pádua e correspondente de Linnaeus.

Eram trabalhos sempre endossados pela Coroa e que, acima dos interesses científicos, fomentavam um inventário das possibilidades econômicas das colônias de Portugal, em particular o

¹ Intentava as reformas pombalinas fornecer um quadro político capaz de ativar todo o desenvolvimento que permeava as comunidades científicas. Através das associações, é possível avaliar as intenções uma vez que se têm iniciativas, como: a fundação do Real Colégio dos Nobres (1761), ou o convite aos professores estrangeiros para fazer parte da nova Cátedra em substituição aos jesuítas, expulsos em 1759. A referida reforma passou a incluir uma Faculdade de “Philosophia Natural”. Tal expressão, na diretriz da recém criada Faculdade, objetivava a introdução, em Portugal, do ensino das ciências físicas e naturais, estes até então relegados à somenos importância, enquanto estivera o ensino universitário conduzido pelos jesuítas. As disciplinas básicas que, com a reforma, passaram a ser ministradas na Faculdade de Philosophia Natural de Coimbra, somaram o número de seis: física experimental; química teórica e prática, história natural – com inclusão de zoologia, botânica e a mineralogia –, lógica, ética e metafísica. Essas últimas herdadas da filosofia geral, que não fora ainda de todo eliminada; com a filosofia escolástica abolida, as ciências a substituíam.

Brasil. Aliás, um alerta para providências que outros países vinham mantendo, tomando a dianteira em relação às suas colônias. Informado através de correspondências com as outras sociedades científicas, Portugal deixa-se convencer pela necessidade da promoção de pesquisas, estimulando a coleta e observações das colônias, bem como extensos relatórios das mesmas.

Nesse mesmo período (1779), Alexandre Rodrigues Ferreira se forma com o grau de doutor, membro das primeiras turmas que experimentaram as reformas iluministas. Sua vinda para o Brasil está dentro de um contexto de política econômica de Portugal, em especial a política de demarcação de limites geográficos - como situações pendentes entre Portugal e Espanha, desde a primeira metade do século XVII, com o tabu da linha de Tordesilhas 1494, (Mendonça, 1989). Contudo, não podemos desprezar sua formação em Filosofia Natural, cujo programa incluía Física, Química, Agricultura, História Natural, Farmácia, Cirurgia e Medicina, acrescentando-se a estas o conhecimento de plantas nativas, cultura do anil, cochonilha, cacau e outros.

Brasileiro por nascimento e formado pela Universidade de Coimbra, retornou ao Brasil em 1783 para um mega projeto de rastreamento, identificação e catalogação das riquezas naturais da região amazônica, trabalho este que se estende por nove anos e percorre cerca de trinta e nove mil quilômetros de matas e rios da América Portuguesa. Ao nos determos na obra do naturalista para uma análise de como se construíam as percepções do estudioso no século XVIII – século em que se começa a pensar a Geografia como disciplina –, encontramos a informação de que o mesmo se utilizava do manual de sistemática de Linnaeus, *Systema Naturae* (1735) (Papavero *et al.*, 1995).

A modernidade geográfica nas crônicas dos viajantes e naturalistas é assinalada por uma formação intelectual do chamado Século das Luzes, ainda que em vários momentos estejam vinculados ao imaginário de uma História Natural, por longo tempo embasado nos Compêndios da Antigüidade Clássica. Para Capel-Saez (1999), uma disciplina científica encontra-se plenamente constituída quando primeiramente o problema científico apresentado é suficientemente grande para atrair a atenção de novos intelectuais com novas propostas, uma vez que consideram as referências usuais obsoletas. Outro ponto que se apresenta, seria o de ordem social, com o reconhecimento das comunidades científicas, que viabilizam a socialização deste saber.

No contexto das conquistas acadêmicas de Alexandre Rodrigues Ferreira, o secretário dos Negócios da Marinha e Ultramar de Portugal, o Sr. Martinho de Melo e Castro, administrava uma política de maior conhecimento dos recursos do Brasil e outras colônias portuguesas. Não se tratava de um conhecimento puramente pragmático. Dentro da renovação que se pretendia, a intenção de Portugal era fazer um rastreamento minucioso com a competência científica, para tanto, necessitava de alguém que reunisse condições para a delicada tarefa. Por indicação de Vandelli, a escolha recaiu sobre Alexandre Rodrigues Ferreira, indicando-o, em 1778, através da Congregação da Faculdade

de Ciências Naturais de Lisboa, na figura do Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho Mello e Castro, para ser o naturalista responsável pela “Viagem Philosophica” pelos estados do Pará, sertões do Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá – convite que lhe foi feito antes mesmo da cerimônia de doutoramento². Como o atestado de bons serviços prestados pelo naturalista e reconhecido por Domingos Vandelli.

O trabalho de catalogação da Amazônia portuguesa, um feito da expedição científica “Viagem Philosophica” dirigida por Alexandre Rodrigues Ferreira, resultou em inúmeras monografias, manuscritos além do “Diário pelo Rio Negro”. Do material publicado, temos a reunião de dados da maior importância porque neles se concentram informações sobre a flora, fauna, mineralogia, agricultura, geografia, medicina, etnografia e economia da América Portuguesa. Quanto à etnografia, na sétima participação: *Participação Geral do Rio Negro*, o naturalista fez uma sinopse sobre os índios do rio Negro, bem como de outros rios afluentes. Uma listagem da maior importância, diga-se de passagem, uma vez que se trata do registro da distribuição geográfica de nações indígenas do século XVIII. Interessante registrar que na obra de von Martius (1996) – *Etnografia da América* –, resultado de sua viagem, distando apenas oitenta anos da “Viagem Philosophica”, ao comparar seus registros etnográficos, pode-se concluir que Martius travou relação com uma parcela mínima daquela que fora registrada por Alexandre Rodrigues Ferreira. Há que se lamentar a provável falta de oportunidade de Ferreira em se aprofundar mais nas observações etnográficas e antropológicas de uma Amazônia setecentista de tantas tribos, sobre as quais hoje não se sabe e nunca se saberá coisa alguma, senão que existiram; uma perda ocasionada por deveres impostos pela metrópole como, por exemplo, os exaustivos inventários sobre as condições das igrejas e seus sinos, de suas toalhas de linho, de seus castiçais, e de seus santos dos altares, assim como as dívidas dos colonos em relação à Coroa.

Entretanto, apesar de todas as funções burocráticas, o naturalista realizou um registro etnográfico e etnológico exaustivo. E das populações indígenas somam-se notícias que, embora esparsas, algumas, em especial, são alvo de anotações mais detidas, como, por exemplo, *Viagem*

²Acompanharam Alexandre Rodrigues Ferreira na expedição pela região Norte e Oeste do Brasil – mais especificamente a Amazônia brasileira e parte do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul –, o jardineiro botânico Antonio Joaquim do Cabo e dois “debuxadores”, Joaquim José Codina e José Joaquim Freire. Estes últimos, chamados para trabalhar a fauna, a flora e a paisagem representando-as nas centenas de aquarelas e desenhos. Embora pouco se conheça acerca dos “riscos” – como eram na época chamados os desenhos – que fazem parte do registro ambiental, juntamente com os espécimes coletados e as anotações, compunham fragmentos do universo Amazônico, que acompanhavam os relatórios e manuscritos do naturalista. Das ilustrações originais remetidas do Museu da Ajuda para o Brasil, somaram-se 1.015, das quais até 1992, somente 328 haviam sido duplicadas com as características das pranchas originais – acreditando-se não haver, ainda, um inventário completo das mesmas.

*Philosophica, Memorias*³ – Alexandre Rodrigues Ferreira; *Memoria sobre as Cuyas*, cujo material são frutos de uma árvore que as índias colhem, e que a chamam de *Cuya-inha*, e que os portugueses chamam de *Cuyeira*; *A proposito de uma estampa representando um indio Cambeba*; ou *Miscelanea de Observações Philosophicas no Estado do Grão Pará*, nela reúnem-se dados acerca dos: 1) sinais dos gentios; 2) do clima; 3) do comportamento dos peixes; 4) da indústria dos gentios; 5) da superstição dos gentios; 6) da confraria das aldeias; 7) da vegetação; 8) do fabrico das canoas e qualidade das madeiras; 9) do barro que fazem os índios as louças; 10) do uso das cascas de madeira para curtirem os couros; 11) do medicamento usado; 12) da vegetação em razão do solo. Em outras “Memórias”, informa dos diferentes costumes, das vestimentas, ornatos e enfeites, do baile ou danças, das habitações, do gênero de alimentos, das doenças, dos instrumentos marciais e festivos, das produções e indústrias. Pode-se avaliar as dificuldades de Alexandre Rodrigues Ferreira, entre as funções determinadas pela Coroa, e a ansiedade de um naturalista frente ao exotismo dos *gentios*, ao afirmar:

(...) Em uma só aldeia se falam tantas linguas diversas, quantas são as diferentes tribus de gentios, que a povoam. A superstição de todas ellas, seus diferentes costumes, extravagancia no vestir e em se ornarem, as suas festas e bailes, os seus instrumentos marciais e festivos, as suas armas e utensilios domesticos, tudo isto apresenta um dilatado campo de observações, pelo qual não farei mais do que correr ligeiramente em ordem a deixar algum rasto, que indique a minha marcha (...) – Barcellos em 4 de janeiro de 1787 (Ferreira, s/d, p. 618).

Sua observação não descuida nem mesmo das relações entre os vários tipos humanos, o número de população ribeirinha e os díspares traços culturais de nativos, brancos, portugueses, negros – este último, em número muito reduzido –, e as lendas ou tradições que permeiam índios, comerciantes, agricultores, padres jesuítas. São informações que vamos colhendo nas “memórias” ou em pequenos flagrantes através da extensa obra do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira. Tratam-se da paisagem e do panorama da vida social do sertão da Amazônia e Mato Grosso, no final do século XVIII.

Dados os princípios da Ciência Moderna, reconhecemos no naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira os caracteres que denunciam o cientista europeu. Sua opção por uma carreira científica – Ciências Naturais –, matriculando-se em Portugal, na Universidade de Coimbra, deu-lhe a formação necessária para a empreitada de projetar no Brasil o resultado das reformas universitárias produzidas desde 1772, pela administração de Pombal. Com lucidez e objetividade,

³ No século XVIII o termo *memória* será muito utilizado pelos naturalistas para a descrição de animais, plantas, minerais, técnicas de plantio e cultivo. Deste modo uma *memória* sobre um peixe poderia envolver sua classificação, descrição de comportamento, utilidade, periculosidade, área de distribuição entre outras características.

suas observações traem a clareza de um exercício de sistematização científica lineana. Ali, iniciava-se o intento de dar bases científicas a uma política econômica onde, até então, os processos de exploração econômicos eram ditados pelo critério pragmático e utilitarista do português colonizador. A Ciência Moderna dava seus primeiros passos, o *Systema Naturae*, de Carl von Linnæus, fora publicado recentemente, em 1735, e o conceito evolucionista – como o temos hoje – seria conquista para o século XIX. Não resta dúvida que a nova consciência planetária muito contribuiu para uma ordenação utilitarista da natureza.

A formação em *Philosophia Natural* conjugava o ensino das Ciências físicas e naturais. Enquanto, atualmente, a expressão *filosofia* está correlacionada à abstração, ao terreno da especulação, anticientificista – para alguns –, no século XVIII um doutor em *Philosophia* estava ordenado dentro do ensino teórico e prático do conhecimento das ciências físicas e naturais, um exercício de observação e experiência dado pelo método indutivo, bastante difundido pela moderna ciência. Inaugurava-se, no momento da formação do naturalismo o racionalismo, a razão que primava pela liberdade de crítica e contra os dogmas; a razão contra os preceitos normativos da autoridade que, uma vez que emancipava a inteligência, foi chamado de período das luzes.

Aliás, na “Viagem Philosophica” o cientista racional está presente em cada observação renovadora, quando revoluciona comportamentos seculares, como a mentalidade dogmática dos jesuítas, em relação a catequese dos indígenas ou os ritos; quando busca as causas dos fenômenos ou a razão de ser do acontecido na sociedade ou na natureza; quando enfim toma sobre si a responsabilidade da investigação. Eis o que caracteriza o método científico.

Alexandre Rodrigues Ferreira, na memória que ele intitula de *Observações Gerais e Particulares sobre a classe dos Mamíferos Observados nos Territórios dos Três Rios, das Amazonas, Negro e Madeira: com descrições circunstanciadas, que quase todos eles, deram os antigos, e modernos naturalistas, e principalmente, com a dos Tapuios* (Ferreira, s/d, p. 67-204) ao fazer sua, a teoria eurocentrista, discorreu longamente acerca da geografia zoológica. Para Gerbi (1996), a teoria então trabalhada no século XVIII por diversos naturalistas, tratava-se de uma provisória formulação do pensamento evolutivo em que Darwin chamou atenção para o mérito e fraqueza de Buffon – o mais acirrado dos eurocentristas. Dentro da atmosfera criada pelos “descobridores”, a predileção pelo Velho Mundo percorreu os séculos de história da modernidade e alcançou o mundo contemporâneo, autorizou subjugações hierárquicas através do colonialismo, fez guerras.

(...) o que se vê é um país selvagem e sombrio, uma terra bruta e abandonada a si mesma; toda superfície está coberta de infinitas plantas de todas as famílias. Era de se esperar que aqui, semelhante às matas do antigo continente, fossem estas também habitadas por grandes e ferozes animais como elefantes, rinocerontes, tigres e leões. Na verdade não é assim. Apesar de todos estes vastos abrigos e

mesmo da variedade de climas, os mamíferos da América Meridional são menos volumosos e robustos que os já citados do antigo hemisfério. Parece que estes pequenos quadrúpedes, que originariamente pertencem `aqueles, sejam de uma raça inferior visto que em volume o maior de todos daqui é a anta, e em ferocidade, a onça (Ferreira, 1972, p. 70-1).

Em um primeiro momento, a natureza é vista de uma perspectiva judaico-cristã: com hostilidade e idolatria. Uma discussão de ordem filosófica que se estende até os nossos dias. No segundo momento, o cientificismo europeu, quando se acentuou a teoria de Buffon, relativa ao Novo Mundo. Trata-se de uma deploração científica no que respeita à condição do Novo Mundo, comparando-o com o antigo continente. Bastante difundido, nas discussões científicas, levariam ao desenvolvimento do pensamento biológico e biogeográfico. Aliás, das investigações da fauna referente aos dois lados do Atlântico, Buffon concluiria que não se encontram sempre as mesmas espécies em áreas geograficamente distintas, mesmo com ecologia semelhante. Em 1816, Humboldt, impressionado com o resultado destas investigações, deu-lhe o nome de “Lei de Buffon” (Papavero *et al.*, 1997).

NOMEANDO E CLASSIFICANDO: DAS VÁRIAS ESPÉCIES DE ANIMAIS, PLANTAS E HOMENS.

Alexandre Rodrigues Ferreira, após referir-se à teoria da debilidade da natureza do Novo Mundo de Buffon – posto que a América, desde o seu princípio, só ter produzido animais pequenos –, reporta-se aos fósseis encontrados em Ohio pelo Coronel Jorge Croglan e que mesmo no Brasil, entre 1770-1771, “em distância de légua e meia do arraial de S. Gonçalo da Ibituruna, comarca do Rio das Mortes, dez léguas da Vila de S. João del Rei (...)” alguns mineiros lavrando o fundo do rio encontraram uma costela, um dente mandibular inteiro com raiz e coroa, e um fragmento do maxilar inferior. Ele reflete sobre o tamanho fabuloso dos mesmos questionando,

“(...) Estas descobertas não dão lugar a milhares de conjecturas? Isto prova as revoluções pelas quais o nosso globo tem passado (...)” (Ferreira, 1972, p. 73).

Ao apresentar a divisão do Reino animal no sistema de Linnaeus, as considerações do naturalista da “Viagem Philosophica” não estão regidas pelo material e/ou passividade. São considerações que reúnem um conjunto de fenômenos norteados pela lei da causalidade e apareceram em muitos conceitos científicos modernos. Neles, os princípios da vida, do movimento, encontravam-se impulsionados por uma força criadora de eternidade e o equilíbrio na natureza era

tão perfeito que só podia vir de Deus. Dessa visão teológica da natureza, originou-se a chamada “Economia da Natureza⁴”. Ainda inspirados pelo cartesianismo do século XVII, referem-se aos animais/máquinas. Ali, a excelência da máquina era dada pela condição altamente competente do “relojoeiro”. Igualmente, suas conjecturas cartesianas misturam-se à teoria de Linnaeus ao afirmar que...

Ambas as Máquinas (Animal e Vegetal) são hidráulicas. As suas partes sólidas correspondem ao tutano nos animais e à medula nos vegetais; os ossos ao lenho; os músculos aos galhos; à pele o córtex; à cutícula a epiderme; os pulmões às folhas; os dutos venosos aos arteriosos, etc., os vasos suctóricos que conduzem os fluidos, as vesículas que os retêm e conservam; as traquéias que atraem o ar. Aos órgãos genitais que correspondem à frutificação, temos que os estames nas flores são órgãos genitais masculinos cujos cálices servem de lábios ou de prepúcio, e as corolas de ninfa; o pólen de semem, as anteras de testículos, e os filamentos de vasos espermáticos. Os pistilos são femininos cujo estigma é a vulva; o estilete é a vagina; o germe, o ovário por fecundar; o pericárpio, o ovário já fecundado, e a semente, o ovo. A tudo isso provam: 1- a Eficiência; 2- a Origem; 3- a Situação; 4- o Tempo; 5- as Divisões; 6- a Castração; 7- a Estrutura do polén (...) (Ferreira, 1972, p. 68).

Considerando a classificação dos animais depois da classificação das plantas, Alexandre Rodrigues, apropriando-se do discurso acadêmico lineano, utilizou-o para as apreciações da vida nativa encontrada na América. À classificação das plantas e animais, seguiu-se o agrupamento das raças humanas, dividindo-as em seis grupos, a saber: em primeiro lugar o *Homo ferus*, selvagem e distribuído pelas florestas não se tratava de um ser social, mas no seu biótipo estampava-se a índole belicosa, teimosa, por vezes alegre, de cabelos lisos e grossos, narinas amplas, rosto malhado, quase imberbe, amante da liberdade, pinta-se de cores fortes, como o vermelho, tal os seus costumes. Nas características mencionadas enquadrava-se, também, o *Homo americanus*, que estava classificado no segundo grupo. Para o terceiro grupo, o *Homo europeus*, Linnaeus os descrevia como homens brancos, de cabeleira loura e abundante, olhos claros e fisionomia fina, traços leves, de inteligência desenvolvida e senhor de grande engenhosidade, pautando-se pela lei e vestindo-se com roupas estreitas. Para o sistemata, o português era uma mistura deste tipo europeu com o *homo asiaticus*, uma vez que de longo tempo em contato com os mouros, do cruzamento resultara o nosso colonizador. Quanto aos componentes do quarto grupo, o *Homo asiaticus*, foi definido como de pele

⁴ Economia da Natureza ou *Oeconomia Naturae*, tem seu desenvolvimento desde 1530, quando a palavra *oeconomia* referia-se a arte de administrar uma casa o *oikos* em grego, posteriormente passa referir-se a administração política. Emprestada à Teologia, passou a designar a distribuição dada por Deus nas funções na natureza; um governo divino contribuindo para uma inter-relação perfeita da natureza, cada um com seu atributo. No século XVIII, o discurso da ordenação racional dos recursos naturais é cada vez mais incorporado por uma discussão científica. Nos trabalhos de Ray serão mostradas as cadeias alimentares, a interdependência de todas as formas orgânicas de vida e o risco de se quebrar estas cadeias. Consequentemente, a terra comportaria apenas certo número de população humana, afirmaria Derham (Papavero *et al.*, 1997).

morena, cabelos escuros e olhos ruivos, pouca barba, de índole severa sendo governado pela sua opinião.

Na ordem que se segue, o *Homo asser* (o negro), bastante distinto dos demais, tem a pele negra, isto, por si só, já dizia tudo; não há necessidade de descrição dos traços fisionômicos, mas ainda observa-se que tem lábios grossos, nariz simiano, pele oleosa e as mulheres possuem seios pendentes e quase que de imediato a descrição transfere-se para comportamento dos mesmos; são, pois, qualificados de preguiçosos, negligentes, vagabundos regendo-se pelos instintos. Por último, ficavam classificados os *Homo monstruosus*, assim considerados os anormais. Desses últimos, Alexandre Rodrigues Ferreira observou que, mesmo em número muito reduzido, as deformidades ocorrem entre os indígenas não aldeados, mas entre eles encontrou a prática do aborto nos períodos de conflitos e, se depois de nascidos, apresentavam-se – os recém-nascidos – fracos ou com alguma deficiência física, eram abandonados como incapazes de exercer qualquer atividade na vida selvagem. Ao fazerem a opção de criá-los, o naturalista viu-os serem tratados com tanto rigor, que raramente chegaram a idade adulta. (Ferreira, 1972).

Alexandre Rodrigues Ferreira, frente às apreciações da ordenação sistemática, nem sempre manter-se-á preso à normatização. Em diversas circunstâncias alterou a classificação lineana. A inclusão do *Homo americanus* no agrupamento do *Homo ferus*, por exemplo, é opinião que não compartilhou. Ao tecer suas considerações sobre o indígena, Alexandre Rodrigues Ferreira dividiu-os em três classes gerais: a constituição física, a moral e a política. Analisando a constituição física, a fez detalhadamente, iniciando-se pela cabeça e dela concluiu serem arredondadas quando não as desfiguraram, como por exemplo, os Cambebas que as cercam de talas enquanto crianças, para torná-las achatadas (Ferreira, 1972).

Independente disso, todos os indígenas possuem vastas cabeleiras e raramente os viu calvos, quer seja entre os idosos ou jovens. A testa descreveu-a como pequena e estreita, de olhos perspicazes, as pupilas são pretas, por vezes castanhas. Das orelhas, afirmou o naturalista, que quase todos a possuíam grandes, e que alguns as faziam maiores chegando, em alguns, até o ombro. Uma vez perfuradas, nos orifícios introduziam tornos de pau, fragmentos de pedras, resinas, cristais, conchas, ossos ou alguns metais. Nas considerações que teceu sobre o nariz do nativo, observou que possuem o olfato tão apurado quanto os cães. Não são “elevados”, ou aquilinos, como entenderíamos hoje; também os tinham furados na cartilagem e, nos furos, introduziam os ornamentos como penas de aves, resinas em formato de tubos – como no caso dos índios Caripinas das cachoeiras do rio Madeira.

Quanto à face, ao estudá-la nas suas apreciações raciais, Alexandre Rodrigues Ferreira dá comprovação de agudo senso crítico e grande perspicácia na sua análise do índio americano⁵:

“(...) é larga chata, afastando-se o mais possível da forma oval, comum aos europeus. Porém entre os povos do antigo mundo, assemelham-se mais às feições dos asiáticos.⁶ Uns a conservam no seu estado natural, outros a desfiguram com alguma deformidade ou mascarando-a como fazem os Tupirichunas, ou distendendo, mutilando, furando e rasgando algumas de suas partes como procedem muitos outros” (Ferreira, 1972).

Descreve a boca como grande, de lábios grossos mantendo-os inteiros, ou perfurados para introduzirem os botoques. A barba é rara encontrar no indígena, mas quando a encontrava não diferia do europeu. Do tronco, avaliando os índios dos rios Negro, Madeira e habitantes do Grão Pará, considerou-os de estatura medíocre, mas de abdome plano e dorso musculoso, de peitos largos “todos são espadaúdos e quadrados”. As extremidades – mãos e pés – avaliou-as como proporcionais a estatura; quanto aos pés, considerou-os largos de solas ásperas como lixas com dedos um tanto separados. Nos Muras, em particular, observou que os dedos do pé esquerdo eram maiores que os do direito, atribuiu-o ao costume da nação de apoiar entre os dedos do pé esquerdo, as extremidades de seus arcos na ação de expedirem as flechas. Instigado pelo estudo da constituição física dos “antípodas da zona tórrida”, analisou outros indígenas e, nesses, os dedos dos pés eram separados, visto que em algumas situações, os utilizavam como mãos e pés para segurarem os objetos com os quais trabalhavam, ou então quando caíam ao chão e mesmo quando subiam nas árvores, assim

“como se observa entre os quadrúpedes, no papagaio, na arara, no tucano e outras aves, que para treparem não usam outro artifício senão o que já trazem da natureza” (Ferreira, 1972, p. 82).

Das observações acima, Alexandre Rodrigues Ferreira concluiu que há, em toda a constituição da anatomia indígena, uma regularidade, uma harmonia em que consiste a perfeição da figura americana – quando não são desfigurados com seus artifícios. “Enfim, de tudo a natureza vai distribuindo entre eles como melhor lhe parece (...)”. Das deformidades encontradas entre os

⁵ Segundo M. Carneiro da Cunha, fornecer um quadro sintético e coerente da pré-história da América do Sul ainda não é possível, pois apenas iniciam-se os trabalhos de investigações a partir de colecionadores e estudiosos da antigüidade que fornecem as primeiras referências. Tratam-se de modelos teóricos que em algumas circunstâncias não se adaptam às novas correntes e às descobertas mais recentes. Com freqüentes abordagens e enfoques variados, utilizam a antropologia física – morfologia e caracteres genéticos que se expressam no próprio DNA –, arqueologia, lingüística ou antropologia cultural, para uma revisão dos estudos anteriores, uma vez que desde 1988 novas evidências surgiram. Mas, em favor de uma linha explicativa estabelecida na década de 50, pode-se afirmar que à chegada do homem a América do Sul não pode ser mais antiga que 12 mil anos, enquanto as novas teorias propõe sua chegada há mais de 30 mil anos, teorias que estão respaldadas em fatos, descobertas e acumulação de novos dados (Cunha, 1992).

⁶ Os grifos são nossos.

“civilizados” – por ele designado como “milhares de pigmeus [anões], corcundas, aleijados, cegos, surdos e mudos” – é rara entre os “gentios”. Também neste caso o naturalista buscou e encontrou a causa, como se pode inferir da sua análise dos agrupamentos das raças humanas segundo Linnaeus, no tratado do *Homo monstruosus*.

Alexandre Rodrigues Ferreira tentou, ainda, o que seria o esboço de uma estimativa de média de vida entre os moradores nativos e europeus da região Norte e parte da região Oeste da colônia: percebeu uma longevidade maior entre os índios e as atribuiu a uma ausência de “dissabores que inquietam e atribulam os homens civilizados” (Ferreira, 1972). Contudo, afirmou não poder negar, a força da qual são constituídos os nativos, força esta, que os fazia remar canoas que partiam quotidianamente do porto do Pará, para empreenderem uma viagem, rio Amazonas acima, por 800 léguas, sem troca de “remeiros”. Confessou não haver brancos ou negros que os superassem nessa tarefa.

Bastante influenciado pelo seu momento, momento de uma ciência ainda pautada por analogias, como se percebe nos agrupamentos humanos, o naturalista setecentista reconsiderou as opiniões para argumentar, que defini-los como estúpidos/ indolentes e “menos gente que nós – como o fez padre Vieira –, é uma análise ao pé da letra”. Entendeu que os nativos estão em um outro estado de sociedade e que diferentes necessidades fazem as diferenças, mesmo porque não há razão que os impulse ao trabalho, à ambição; não há necessidade de se preocuparem em abastecer os celeiros. A mandioca, que é imediatamente preparada por eles, é retirada da terra que se constitui seu celeiro, a abundância de caça e de peixes dispensam a arte de pescar, porque basta que plantas, como o timbó, cururu-timbo e astacu, entre outras, sejam aplicadas aos rios e riachos, para que os peixes entorpecidos possam ser apanhados.

Curioso notar, como, ao mesmo tempo em que seu relato fez uma longa exposição do pragmatismo indígena, sem o qual não haveria sobrevivência na mata – pragmatismo do qual em muitas situações o colonizador ou conquistador apropriou-se para sobreviver – avaliou-o como condicionante para sua indolência, preguiça, falta de ambição e atrofia mental. São muitos os momentos de ambigüidade nas narrativas, entre imputar a imbecilidade aos nativos e reconhecer, nos mesmos, uma criatividade empírica, uma interação com a natureza. Quando se referiu à produção dos alimentos, não negou a presença de uma população nativa que faz plantações, que processa a mandioca, transformando-a em farinha, fabricando os beijus que também serviam de provisões dos nativos, em suas viagens depois de assados – extraído da massa da mandioca ou amido. No costume dos Tucuna – que habitavam a parte superior do Solimões – observou a arte de defumar o milho. Quanto ao costume de moquear o peixe ou a caça ao estendê-los sobre uma grelha – costume, aliás, bastante difundido e narrado por muitos viajantes e naturalistas. Alexandre

Rodrigues Ferreira afirmou ser, também, uma forma de substituírem o sal marinho pelo sal fuliginoso. Observou que, em muitos locais, havia aqueles que possuíam, e conservavam o sal em cabaças dependuradas sobre os fumeiros para abrigá-lo da umidade. Avaliou o sal de duas procedências do “estado fóssil, que se desenterra do seio de algumas montanhas e terras, ou no de eflorescência na superfície dos lagos ou lagoas” (Ferreira, 1972). Analisando a arte de moquear, admitiu que muitos colonizadores utilizavam, também, a prática quando desprovidos do sal marinho e habitando o sertão, longe dos portos marinhos.

Tantos são os métodos “não científicos” praticados pelo “gentio” que Alexandre Rodrigues Ferreira descreveu e, em muitos deles, deixou transparecer sua admiração pela criatividade de prover suas necessidades. Como a de calcular as pequenas quantias, ou de se fazer entender nas grandes quantidades, como seja o cálculo da colheita de uma plantação de “maniba” ou mandioca, dada uma extensão de terra; do cálculo do tempo histórico ou de vida, ou como se situam geograficamente. E o naturalista perguntava-se como um europeu criado com a mesma ignorância do nativo acerca da geometria, geografia, hidrologia, responderia ao questionamento da direção de um rio, afluentes e habitações ribeirinhas? E ele mesmo respondeu:

“Posso responder o que fez um gentio quando a ele foram feitas estas perguntas: tomada uma corda, a estendeu pela terra de forma a representar as voltas do rio principal. À referida corda, lateralmente, da direita e da esquerda foram atados outros tantos cordões quantos eram os confluente a representar, ajustando-os às distâncias que na sua mente tinham uns dos outros e também de forma a figurar as suas voltas. Finalmente, em cada um dos cordões laterais, deu tantos nós mais ou menos aproximados quantos eram as aldeias dos índios e suas distâncias umas das outras. Assim o problema que se lhe propôs foi resolvido sem ser preciso levantar qualquer carta. Isto me sucedeu no rio Branco com um gentio da nação Macuxí que casualmente encontrei na povoação do Carmo. Este índio reparou, na palhoça que eu habitava, o que eu estava a riscar. Era um pequeno mapa de população que ele supôs ser o rio Branco. Sem me dizer alguma palavra, tomou o meu bastão que eu trazia no canto da palhoça e com a ponta pôs-se a riscar na areia do pavimento uma encadeação de grandes e pequenos rios. Na foz do Arauru, segundo ele, o que para nós é o Tacutu, riscou a fortaleza de S. Joaquim e tantos quadrados quantas eram as palhoças a ela anexada. Aproveitando a ocasião, oferecendo-lhe papel, o convidei a fazer com a pena e tinta o que até o momento tinha feito com bastão. Prontamente se pôs a riscar uma carta onde as cordilheiras eram marcadas por sucessivas séries de ângulos mais ou menos agudos e as malocas dos gentios por círculos maiores e menores” (Ferreira, 1972, p. 93-94).

Os costumes dos nativos, em algumas circunstâncias, eram atraentes para o colonizador português. Aliás, os primeiros colonizadores, não só sentiram a simpatia pelos costumes, como a necessidade de aprendê-los; o agudo senso topográfico, o conhecimento da natureza agreste e a sua utilização para uso medicinal ou alimentação e ainda, a resistência física dos “negros da terra” que

faziam longas caminhadas sem demonstrações de fome, sede ou cansaço, são algumas imposições para o sertanista conquistador dos trópicos. Sergio Buarque de Holanda dirá que deles “(...) aprende o sertanista a abandonar o uso do calçado, a caminhar em ‘fila índia’, a só contar com as próprias forças, durante o trajeto (...)” (Holanda, 1957).

Para Warren Dean, as duas primeiras gerações de invasores portugueses, de forma imprescindível dependeram do conhecimento indígena. Contudo, a imprevidência destruiu consideravelmente a realização cultural do nativo, do qual não faziam senão uma pálida idéia, e cuja importância não souberam dar o devido valor: “a capacidade dos habitantes nativos de sobreviver em seu meio. Um ecossistema pode ser visto como um reservatório de informações, as geneticamente programadas e, ao mesmo tempo, as acumuladas por suas espécies, relevantes a sua sobrevivência e reprodução em seu interior” (Dean, 1996). Um armazenamento de milhares de anos compunha o estoque de informações; cada grupo indígena, levado pela peculiaridade de seus costumes, havia travado conhecimento com centenas de espécies animais ou vegetais. Delas conheciam *habitats*, estações, hábitos e uma inter-relação com outras espécies. Considerando a diferenciação dos grupos nativos na busca dos recursos e experiência adquirida, é lamentável a perda de um conhecimento que apenas a tradição da oralidade preservava.

Tanto quanto o estudo das plantas na aplicação da medicina favoreceu a botânica, a formação dos cientistas do século XVIII aliava às suas pesquisas laboratoriais a tecnologia, como se pode inferir das observações etnográficas do naturalista. O conhecimento prévio de anatomia e fisiologia o conduziu a observações da estrutura óssea do crânio, face, nariz, olhos, cor da pele etc., mas a percepção do indígena seria tarefa que a filosofia do naturalista do século XVIII não podia apreender em seu todo. É, pois, a partir da “Viagem Philosophica” que encontramos essa preocupação básica, não a encontrando em seus antecedentes tão claramente. As descrições de Alexandre Rodrigues Ferreira inauguram um período de viajantes naturalistas que, ao percorrerem o Brasil de norte a sul, fomentarão um estudo científico sistematizado da flora, da fauna, do clima, da geografia, da etnografia e das possibilidades econômicas.

Dessa forma, nos intervalos das “Participações” à metrópole, juntavam-se ao “Diário de Viagem” e às iconografias dos riscadores, as “memórias” como comprovação da curiosidade de cientista. Na *Memória sobre o peixe Pirarucu*⁷, considerado por Alexandre Rodrigues Ferreira o

⁷ Pirarucu, grande - *Arapaima gigas* (Cuvier, 1829), peixe de ocorrência mencionada em toda Amazônia – no século XVIII –, e que pode alcançar na fase adulta até 150 quilos, é hoje o Pirarucu, um peixe de pesca controlada pelo Ibama e com considerável risco de extinção. Segundo Heraldo Britski e José de Lima Figueiredo, ictiólogos do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, se a publicação da *Memoria sobre o peixe Pirarucu*, tivesse ocorrido antes de 1829 – ano em que Cuvier e Agassiz, publicaram a descrição desse peixe –, a autoria seria de Alexandre Rodrigues Ferreira, uma vez que a descrição apresenta-se em latim e na nomenclatura binominal, conforme regras estabelecidas internacionalmente para a nomenclatura zoológica (Ferreira, 1972).

bacalhau do Pará, após detalhada descrição de toda constituição anatômica na forma latinizada com dados consideráveis sobre a biologia, tipo de alimentação, processo de desova, e abundância nas Capitânicas do Grão Pará e Rio Negro – compreendendo hoje toda a bacia amazônica, também o descreve segundo a etimologia indígena. Afirmou que o denominam *pirá-urucu*, devido sua coloração, o mesmo significando entre nós, peixe pintado de urucu, referindo-se à árvore que produz as sementes com as quais os nativos se pintam e que “já é muito conhecida pelos botânicos europeus, sob a denominação de *Bixa orellana*” Do peixe boi, o paladar aproxima-o do Atum do reino – Portugal – e das tartarugas, descreveu-as – nas suas quatorze variedades, bem como dos vários processos de capturá-las – “como vaca cotidiana das mesas portuguesas” (Ferreira, 1972).

A MEMÓRIA DO PEIXE-BOI NA “VIAGEM PHILOSOPHICA”

De certa forma, o naturalista do século XVIII, também se debruçava sobre aquilo que, ainda hoje, é discussão na ordem do dia: A bacia amazônica possui a mais rica flora do mundo, com igualmente riquíssima fauna entre aves – com destaque para as pernaltas; mamíferos arborícolas – cuja variedade de primatas, alguns tão minúsculos que podem ser acomodados na palma da mão; e aquáticos – estes abrigando duas espécies de golfinhos, duas de lontras e uma de peixe-boi. Para Goulding (1993), as cerca de 30 mil espécies da flora já descritas, correspondem a um terço do total existente na América do Sul. As plantas das planícies inundáveis, por exemplo, devido à necessidade de adaptações especiais para sobreviverem às inundações periódicas, desenvolveram-se de forma singular, o que as tornam diferentes sobremaneira das plantas de terra firme. Afirmou o pesquisador, dando como exemplo, o fato de não se ter realizado ainda um levantamento sobre o número total das espécies de plantas das planícies inundáveis. Ao que devemos concordar com Alexandre Rodrigues Ferreira: o reconhecimento da flora e fauna da Amazônia não poderia ser trabalho para apenas um naturalista ou apenas um século.

Mas, conquanto a imposição político/administrativa esteja presente em boa parte dos relatórios do naturalista – uma vez que ele devia informar e propor soluções à Coroa –, a *Memoria sobre o Peixe-boi*⁸ e *do uso que lhe dão no Estado do Grão-Pará* é, por exemplo, um daqueles momentos, quando a reflexão economicista deixa de ter o destaque solicitado para dar lugar aos relatos que ganham as características de Ciências Naturais.

⁸ O peixe-boi apesar da denominação, não possui estômago compartimentado como dos bovinos e nem mesmo é ruminante. De intestino muito longo, a fermentação da grande quantidade de vegetal que ele ingere ocorre em região posterior do trato digestivo. O peixe-boi amazônico pode permanecer até uma hora submerso, tornando-se vulnerável e presa fácil dos caçadores que o arpoam quando vem a superfície para respirar ou os caçam com o auxílio de redes. Para reproduzir-se, o peixe-boi leva em média 13 meses de gestação e dois anos de amamentação.

Segundo afirmações recentes de projetos que se preocupam com a indiscriminada caça predatória do peixe-boi, este, dependente de um *habitat*, com a introdução do gado búfalo nas planícies inundáveis do baixo Amazonas teve suas áreas de sobrevivência e procriação – campos flutuantes dos rios de água branca, podendo ser encontrado em rios de água preta e clara – ocupadas e destruídas, uma vez que o gado búfalo destrói a vegetação flutuante. Justamente a vegetação de que depende o peixe-boi para sobreviver, consumindo o adulto, uma média diária de até 50 quilos de plantas ou gramíneas aquáticas, para alcançar na fase adulta um peso de 300 a 500 quilos. Considerado o maior animal da Amazônia, a eliminação das fezes é proporcional ao volume de alimentação que ingere ao que leva as considerações acerca da importância da sua função na cadeia alimentar das planícies inundáveis antes que sua população fosse quase que dizimada⁹ (Goulding, 1993).

O peixe-boi, figurando nas descrições de cronistas, viajantes e naturalistas desde o século XVI, ora como peixe-boi, ora como *manatis* ou *vaca-marinha*, sempre foi descrito como uma espécie de valor à economia extrativista. No século XVI, “As escassas referências a animais amazônicos” de Frei Carvajal (1541-1542), depois de assegurar o primeiro lugar aos mosquitos, as tartarugas e os manatis são mencionados dentro da importância utilitarista, como se segue:

“(…) ‘tortugas’, ‘manatis’, ‘perdices’, ‘gatos’, ‘monos’ – mandó sacar de sus canoas mucha cantidad de comida, así de tortugas, como de manatis y otros pescados, y perdices y gatos y monos asados (...)” (Papavero *et al.*, 1999b, n. 8, p. 4, 1999).

Se nos tempos coloniais o peixe-boi era importante fonte econômica na vida dos colonizadores e nativos, a revolução industrial e o livre mercado deram ao mesmo um lugar de destaque na maquinaria e grande indústria. De couro muitas vezes mais resistente que o do gado, foi sistematicamente caçado durante o século XIX e boa parte do século XX, para a exportação do seu couro. Dele faziam correias para máquinas industriais, locomotivas de trens e máquinas de costuras. Fragmentos de documentários feitos pelo cinematógrafo Silvino dos Santos, em 1921, exibem nada menos que 122 mamíferos mortos na praia, uma caçada de apenas um dia. O detalhe fica por conta dos tampões nas narinas, para que morressem mais rápido. Hoje em número muito reduzido, o

⁹ Outros pesquisadores – em especial os que trabalham em projetos de recuperação em regiões onde o peixe-boi está praticamente extinto –, como por exemplo, o centro de proteção de Balbina que funciona como “espécie de hospital para o peixe-boi”, ao se referirem à importância do peixe-boi na cadeia alimentar, afirmam que tal importância permanece. Em primeiro lugar, porque ao alimentarem-se da vegetação às margens dos rios e lagos – em se tratando de represas hidrelétricas – contribuem para um controle da multiplicação dos vegetais que podem obstruir as turbinas das represas – trata-se de uma experiência nova de delimitação de *habitat* dos peixes-boi. Em segundo lugar, porque seus excrementos contribuem para a criação de vermes, alimentação dos alevinos que se tornarão os peixes que povoam os rios.

peixe-boi (*Trichechus manatus* – Syst. Nat. Lin.) ainda é caçado, atualmente compondo a lista oficial das espécies de animais em risco de extinção.

Sem a linguagem descritiva tecnicista da ciência na atualidade, mas com relativo distanciamento das analogias tão ao gosto do naturalismo pré-científico, confrontou o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira suas descrições com as de La Condamine¹⁰ e do peixe-boi teceu suas considerações acerca da quantidade e tamanho, embora os tenha encontrado grande o suficiente para surpreendê-lo. Daqueles que capturados pode dissecar, não os encontrou na proporção registrada pelo francês, afirmou que: “em Monte Alegre tive a ocasião de observar e medir até seis exemplares dos que ali se chamavam grandes, porém nenhum deles chegou a três metros (...)” (Ferreira, 1972). Fez minuciosa descrição com dados interessantes sobre a biologia e uso que faziam na Amazônia, acrescidas de informações consideráveis sobre a biogeografia do referido mamífero no século XVIII.

Embora no rio Arari, na Ilha Grande de Johanes ou de Marajó, que eu visitei, nos outros rios da mesma ilha e na baía do Marapatá haja alguns, não são tantos nem tão grandes como os da Vila do Gurupá para cima. Ainda desde o Curupá até Almirim, também chamada Paru, não são tão comuns como no lugar do Outeiro ou Urucubaquara, na Vila de Monte Alegre ou Curupatuba, nos lagos cobertos de grama canarana e jeticarana, que lhes servem como alimento. Nos lagos da Vila de Faro ou Nhamundas, é notável a sua quantidade, também há bastante nos lagos de Silves ou Saracá. São raros, porém, os chamados peixes-boi de manteiga. Nos rios com cachoeiras não passam por cima de seus saltos.(...) Barcelos, fevereiro de 1786 (Ferreira, 1972, p. 59).

Na descrição setecentista da “Viagem Philosophica” tem-se uma idéia bastante nítida da pesca e coleta predatória desde a ocupação do Novo Mundo. Aliás, um processo que no Brasil segue uma trajetória sistemática do Litoral (Leste) em direção a Oeste até os dias de hoje. E em se tratando do extremo-norte, boa parte das expedições adentrou o rio Amazonas desde a sua foz em direção a Quito. É o que podemos conferir com o relato de Alexandre Rodrigues Ferreira, quando situou geograficamente alguns dos locais de abundância para a pesca do peixe-boi. Confrontando as descrições das regiões, vilas e povoados, com os registros cartográficos históricos e atuais, saímos da foz do rio Amazonas e acompanhamos a viagem do naturalista em direção Oeste. Logo, a

¹⁰ La Condamine (1743) descreveu e desenhou o que considerou o maior dos peixes de água marinha, aos quais os portugueses e os espanhóis haviam dado o nome de “peixe-boi”, ou “vaca-marinha”. Do mamífero teceu comentário de investigação acerca das semelhanças e tamanho com o boi, frisando que as fêmeas amamentam. Afirmou que, embora fosse considerado, por muitos, espécie do rio Amazonas, encontrou-o também no Oiapoque e no Orinoco com menor frequência (Papavero *et al.*, 1999b).

exigüidade do referido animal ganha destaque – nos rios e lagos –, cuja proximidade faz sentir o estabelecimento humano de regiões imediatas à ocupação que tem início no litoral¹¹.

Alexandre Rodrigues Ferreira assegurou que viu arpoarem o peixe-boi durante todo o ano. Contudo, nos meses de agosto, setembro e outubro, quando tinham início as enchentes dos rios, os mamíferos estavam em período de acasalamento tornando-se presas mais vulneráveis, matavam-se muitos,

“(...) principalmente se o arpoador tem a felicidade de prender uma fêmea e com ela arma a negaça para os machos”. Atraiam-no também, com fechos de capim arrastados pelas canoas; ficavam de “espera” nos lagos onde os peixes-boi costumavam brincar um com os outros enquanto boiavam. De outra forma, fechavam as saídas dos lagos para uma captura mais lucrativa, isso quando não ocorriam as enchentes repentinas, facilitando-lhes a fuga. Ao serem arpoados só conseguiam embarcá-los nas canoas depois de mortos ao que durante algum tempo debatiam-se arrastando consigo a embarcação. “Quando desfalece, é puxado para junto da canoa e, com um pau, dão-lhe algumas pancadas na cabeça e focinho do peixe-boi que geme de tal modo que chega a comover por ser parecido com um gemido de criança. Daí parece proceder o nome que os franceses lhe dão de lamatin – lamento” (Ferreira, 1972, p. 198).

No relato minucioso, do naturalista, acerca do peixe-boi, há uma extensa e detalhada listagem de utilidades na caça do mamífero para os proventos da população nativa e branca da região da capitania do Pará e a capitania de São José do Rio Negro. Sua descrição deplora a forma predatória como são caçados e acrescenta:

Um peixe-boi para chegar ao seu devido crescimento deve gastar anos e todos os que aparecem são arpoados, mesmo as fêmeas prenhas. As fêmeas não parem mais de um até dois filhos por ano. Os filhotes tirados do ventre das mães que são arpoadas, para nada servem. Não se conhece o tempo de criação e o arpoador

¹¹ O rio Arari da Ilha de Marajó; nas proximidades da vila ou Forte de Gurupá, (5.000 –10.000 hab.); vila Almerim (5.000 –10.000 hab.), ambas atualmente ostentam a condição de cidade – Estado do Pará. Na continuidade, aponta regiões onde havia uma abundância do Peixe-boi, como a vila de Outeiro, Monte Alegre ou Curupatuba,– Monte Alegre, como ainda é chamada, município localizado em região representada cartograficamente como Parque Nacional Monte Alegre, também, ostenta a condição de cidade (10.000 – 50.000 hab.). Seguindo o rio Amazonas acima na direção Oeste, temos lugar que Alexandre Rodrigues Ferreira chamou de “Lagos da Vila de Faro ou Nhamundás”, pertencente ao rio com o mesmo nome. Este se situa nas margens setentrional [norte] do rio Amazonas, “distando seis léguas do Rio Trombetas”, e por ele considerado digno de registro a quantidade de peixe-boi que ali existia. Se no século XVIII, o referido rio representava o divisor de águas entre as capitanias do Pará – atualmente, Pará e Amapá – e a de São José do Rio Negro – hoje, Amazonas e Roraima –, atualmente é divisor de águas entre os Estados do Pará e Amazonas. Quanto à vila, é hoje dois municípios: Faro e Nhamundás, ambos ostentam a condição de cidade (5.000 – 10.000 hab.). A última referência de *habitat* para o grande mamífero aquático – na “Memória sobre o Peixe-boi”. –, o naturalista localizou-os nos Lagos de Silves ou Saracá situados no atualmente Estado do Amazonas – anteriormente capitania de São José do Rio Negro. Lago de grande extensão se divide em dois, reciprocamente comunicados. Em uma das suas Ilhas foi fundada a vila de Silves e um dos lagos recebe o rio Anibá à margem oriental [norte] do rio Amazonas. Sua população ribeirinha até a década de 70 sustentava a condição de vila, atualmente Silves ostenta a condição de cidade (5.000 –10.000 hab.). São vilas e povoados nas proximidades da foz do rio Amazonas ou de Belém do Pará, por onde Alexandre Rodrigues Ferreira passou em fevereiro de 1786 e reconheceu uma franca extinção do peixe-boi. A referida descrição na dissertação de Mestrado de Eulália Maria A de Moraes está acompanhada de mapeamento cartográfico da bacia Amazônica (Santos, 2001).

fica feliz quando encontra um filhote para mais fácil arpoar a mãe. Arpoam-se em todos os tamanhos, sem distinção de idade. Por isto não deve causar espanto a sua raridade em alguns lagos onde já não os encontramos há alguns anos.(...). Barcelos, fevereiro de 1786 (Ferreira, 1972, p. 62).

Segundo suas observações, as caçadas ou pesca não obedecem qualquer critério de tamanho, idade ou temporada. Lamentou que um recurso natural com tantas utilidades não sofra nenhuma restrição

“(...) sem dúvida de tantas utilidades quantas são as que deste mamífero se tiram, nenhum policiamento é feito de sua pesca. Barcelos, fevereiro de 1786” (Ferreira, 1972).

Refletindo o tempo que os peixes-boi levam para alcançar o porte adulto, segundo informação dada pelo soldado José Gomes Pereira, designado para o Pesqueiro Real em Faro, por ser pessoa na qual Alexandre Rodrigues Ferreira confia, informou-lhe “que *há uns 3 anos os viu grandes, mas não passavam de três varas [3,30 metros].* O mesmo soldado assegurou-lhe tê-los visto com peso de “*até quinze arrobas*” [um pouco mais que 220 quilos]. Em outro momento, o naturalista tendo inquirido sobre a produção de potes de manteiga de peixe-boi, recebeu do Administrador Dionísio Gonçalves Lisboa, responsável pelo Real Pesqueiro dos Lagos de Franca – foz do rio Tapajós –, a informação de que os rendimentos oscilam na dependência do número e arrobas alcançadas pelos ditos animais, no que pese algumas circunstâncias, vê-se a pescaria prejudicada pela antecipação das enchentes dos lagos; mas que pela sua experiência, passava-lhe o rendimento da pesca por dois anos consecutivos de sua administração, quando

“rendeu 3.973 arrobas de peixe e 8.683 potes¹² de manteiga, havendo para isto a mortandade de 8.500 peixes-boi pouco mais ou menos (...)”. Barcelos, 02/02/1786 (Ferreira, 1972, p. 60).

Referiu-se o naturalista ao mamífero peixe-boi, chamando-o de “manteiga”, como é conhecido pela população, por tratar-se de espécie que se desfaz – quando preparado – em sua quase totalidade pela grande quantidade de gordura que possui, gordura esta muito procurada pela população dos povoados ou vilas. Quanto à carne muito parecida com a do porco, tem as mesmas qualidades quando assada, cozida ou frita. Aliás, menciona Alexandre Rodrigues Ferreira a preocupação do vigário de Santarém – Padre Martinho Pereira Lima – em saber a classe (peixe ou

¹² Dos potes de Manteiga assevera Henrique João Wilkens (1785) que “Um pote equivale a seis canadas (uma canada tem 2,622 litros), ou seja 15,732 litros. (...)” (Papavero *et al.*, 1999a, n. 22, p. 2). Quanto ao preço pago por eles era de 500 réis nas povoações e 3.000 réis na cidade. Do peixe-boi manteiga, tirava-se uma média de 20 potes de manteiga, informação de um Ouvidor da capitania São José do Rio Negro, Francisco Ribeiro de Sampaio nos anos de 1774-1775.

mamífero) do peixe-boi para, dessa forma, excluí-lo da dieta alimentar nos dias santos do calendário cristão

“(...) se era peixe ou mamífero, porque exculpizava-se a comer ou ver comer nos dias de jejum ou de abstinência de carne”. Barcelos, fevereiro de 1786 (op. cit., p. 62).

Sem adentrar no mérito das questões e conceitos ecológicos¹³, tão ao gosto da moderna ciência ambientalista dos nossos dias, não se pode negar que o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira alertou para a responsabilidade da preservação da biodiversidade regional do Brasil. Aliás, herdeira do Século das Luzes e da racionalidade cartesiana, a ciência do século XVIII, dentro de uma “nova” *Philosophia Natural*, interessara-se pela biologia dos organismos levando os cientistas ao que chamaram “Físico-Teologia”, “Economia da Natureza” ou “Política da Natureza”. Tratavam-se das primeiras demonstrações de uma interdependência dos organismos e suas relações com o meio. Demonstrava-se através das primeiras cadeias alimentares, que os seres dependiam uns dos outros e na falta de um deles a cadeia se veria ameaçada.

“(...) Esse equilíbrio dinâmico era tão perfeito, e tão intrincado que só podia ter sido criado originalmente por Deus. Deus criara não só todas as espécies, mas já as criara formando parte do ecossistema, como diríamos hoje” (Papavero et al., 1997, p. 140).

Como se pode observar são questões que, analisadas dentro dos limites científicos do século XVIII, fazem-nos refletir que a percepção de Ferreira não se limita a mero registro passivo do mundo exterior, está, isto sim, na dependência dos modos pelos qual a inteligência foi preparada e esta sendo provocada no momento que é chamada para discriminar. Nesse caso, em especial, quando o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira discorre da utilidade do peixe-boi na dieta alimentar da população nativa e branca; da sua importância na economia regional; do total aproveitamento do Peixe-boi, que vai da gordura na alimentação, combustível para iluminação, impermeabilidade dos barcos, quando associada ao breu, ao aproveitamento da carne fresca, ou seca ao sol, depois de salgada – fazendo-o de tanta utilidade que o referido mamífero passa a ser deveras procurado e pescado –, não se pode negar que soube apreciar com admirável cientificismo as relações do homem com o seu meio, bem como a superexploração deste, neste caso a que é

¹³ Para Simon Schama a idéia dos fundadores do moderno ambientalismo, de que em algum lugar do coração do Oeste americano haveria uma natureza selvagem esperando pela descoberta, e que seria a solução para os males da sociedade industrial, tais “ermos bravios”, como os chamam, tratam-se de produto do desejo da cultura e da elaboração mental, tanto quanto qualquer outro jardim imaginário. Embora seja difícil imaginar um único sistema natural que a ação cultural do homem não tenha modificado, para melhor ou pior e não se refere apenas aos séculos industriais. Por outro lado, “a atuação dos vários ecossistemas que sustentam a vida no planeta, independem da interferência humana, pois eles já estavam agindo antes da caótica ascendência do *Homo sapiens*” (Schama, 1996, p. 17).

desencadeada pelo amazonense nativo, caboclo ou conquistador na longínqua Amazônia do século XVIII.

REFERÊNCIAS:

CAPEL-SAEZ, H. *O nascimento da ciência moderna e a América. O papel das comunidades científicas, dos profissionais e dos técnicos no estudo do território*. Tradução: Jorge U. Guerra Villalobos. Maringá: Eduem, 198p. 1999.

CUNHA, M. C. (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras [FAPESP], 608p. 1992.

DEAN, W. *A ferro e fogo. A História e a devastação da Mata Atlântica*. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 484p. 1996.

FERREIRA, A. R. *Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Memórias Zoologia e Botânica. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 775p. 1972.

FERREIRA, A. R. *Viagem filosófica ao Rio Negro*. Belém: Círculo do Livro/ Museu Emílio Goeldi, 96p. [s/d].

GERBI, A. *O Novo Mundo. História de uma polêmica (1750-1900)*. Tradução: Bernardo Joffily. São Paulo: Cia das Letras, 1996. 807p.

GOULDING, M. Rios Amazônicos e sua Biodiversidade. In: MONTEIRO, S.; KAZ L. (Org.). *Amazônia - Flora Fauna*. Rio de Janeiro: Alumbramento, 75-204. 1993.

HOLANDA, S. B. de. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio (coleção Documentos Ilustrados), 334p. 1957.

MARTIUS, C. F. P. *A Viagem de von Martius. Flora Brasiliensis*. Tradução: Carlos B. Matheus; Lúcia L. P. Barreto; Miguel B. do Rosário. Rio de Janeiro: Index, 140p. 1996.

MENDONÇA, M. C. *Século XVIII, Século Pombalino no Brasil*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 808p. 1989.

PAPAVERO, N.; LLORENTE-BOUSQUETS, J.; ESPINOSA-ORGANISTA, D. *Fundamentos de Biología Comparada: Vol I, De Platón a Haeckel*. México: Universidade Nacional Autônoma de México, 301p. 1995.

PAPAVERO, N.; TEIXEIRA, D. M.; LLORENTE-BOUSQUETS, J. *História da Biogeografia no Período Pré-Evolutivo*. São Paulo: Plêiade, FAPESP, 258p. 1997.

PAPAVERO, N.; TEIXEIRA, D. M.; PUJOL-LUZ, J. R. A Fauna da Amazônia Brasileira nos Relatos de Viajantes e Cronistas dos Séculos XVI ao XVIII. 12. A Viagem de La Condamine (1743). *Separata: Revista Série História Da História Natural* (Contribuições avulsas sobre a História Natural do Brasil). Rio de Janeiro; 18:1-7. 1999a.

PAPAVERO, N.; TEIXEIRA, D. M.; PUJOL-LUZ, J. R. A Fauna da Amazônia Brasileira nos Relatos de Viajantes e Cronistas dos Séculos XVI ao XVIII. 5. Symão Estacio da Sylveira e o “Intento da Jornada do Pará” (1618). *Separata: Revista Série História da História Natural* (Contribuições avulsas sobre a História Natural do Brasil). Rio de Janeiro; 11: 1-7, 1999b.

SANTOS, E. M. A M. *A Viagem Philosophica: O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira e a paisagem brasileira do século XVIII*. Universidade Estadual de Maringá, 2001. 359p. (Dissertação em Geografia)

SCHAMA, S. *Paisagem e memória*. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 645p. 1996.